

ENTREVISTA/Francisco Gros

'A CPI traz desconforto para o Governo'

CORIOLANO GATTO e CRISTINA ALVES

O carioca Francisco Gros, 50 anos, nem aparenta que está sentado sobre um barril de pólvora. Como presidente do Banco Central, ele assistiu na semana passada a uma prova inequívoca da oscilação do mercado financeiro, que dá a medida exata do humor do país. Na quarta-feira, as bolsas de valores caíram mais de 8% e no pregão seguinte fecharam com uma alta de 10,6%.

Por trás deste sobe-e-desce frenético, está a CPI que investiga o empresário Paulo César Farias e que "traz desconforto para todos nós", afirma Gros, sempre mantendo os gestos pausados. "Mas o Governo não está paralisado."

Gros está convencido de que não há mágicas para acabar com a inflação, descartando a dolarização ou o congelamento de preços: "Não vamos meter a mão no bolso das pessoas." Mas ele observa que a tão apregoada reforma fiscal não vai conter

imediatamente a alta dos preços. "Transformaram o ajuste fiscal numa panacéia", avisa. Na sua opinião, a queda da inflação será lenta. "Não temos noção do que seja sacrifício, em comparação com outros países. É preciso sempre tomar medidas duras para conter os gastos do Governo", diz.

Em entrevista ao GLOBO, Gros admite que as taxas de juros estão altas porque persiste um clima de desconfiança. "As pessoas exigem uma taxa alta, porque

acham que vão tomar o dinheiro delas", afirma. Mas o próprio presidente do Banco Central não se beneficia desta alta dos juros: no fim do mês, diz ele, não sobra dinheiro para aplicar no mercado. "O meu fluxo de caixa sempre é negativo." Gros gasta boa parte da sua renda pagando as passagens nacionais e internacionais da sua mulher, a também economista Isabel, para que ela o acompanhe. "Senão, o casamento acaba", afirma Gros, dono de uma carteira de ações.

O GLOBO — O mercado financeiro teve uma semana agitada por conta da CPI que apura o caso PC Farias. O que o Banco Central tem feito para acalmar o mercado e esclarecer as denúncias que envolvem o empresário?

FRANCISCO GROS — O Banco Central não tem o poder de acalmar o mercado. O que pode ser feito é conversar com as pessoas, dar informações e demonstrar que a política econômica continua funcionando. A partir daí, cada um avalia as informações e toma as decisões. Tenho reiterado várias vezes que o pânico não é bom conselheiro. Quando os mercados flutuam muito não é bom se aventurar neles. Veja o que aconteceu: na quarta-feira, a bolsa caiu mais de 7% e na sexta subiu mais de 7%. Quem vendeu na quarta não fez bom negócio. O BC não atua em função do grau de nervosismo do mercado. Quanto à CPI, é uma atividade que está sendo conduzida pelo Poder Legislativo. Se, em algum momento, for pedida alguma informação, o BC cumprirá o seu papel. Mas, até o momento, não houve nenhum pedido por parte da CPI ao BC. Somos observadores, como o resto da sociedade brasileira.

O GLOBO — Então o BC não está fazendo nenhum rastreamento no que diz respeito ao caso PC Farias?

GROS — O BC não está tomando nenhuma providência em função de pedidos originados da CPI. A CPI não nos pediu nada. Mas, independentemente da CPI, há um inquérito na Polícia Federal. A Polícia Federal vem comandando, há algum tempo, um processo de investigação com o qual o BC colabora.

O GLOBO — Há quanto tempo os senhores vêm trabalhando a pedido da Polícia Federal? O que está sendo apurado?

GROS — Até agora, estamos levantamos 20 nomes. Até o dia 26, receberemos dos bancos, financeiras, corretoras e distribuidoras informações sobre estas pessoas e empresas. Desde contatadas até aplicações financeiras. As conclusões serão levadas à Receita Federal e à polícia.

O GLOBO — Se fosse convocado o senhor deporia na CPI?

GROS — Estou à disposição, como cidadão, para cumprir com todas as minhas obrigações cívicas.

O GLOBO — O senador Eduardo Suplicy encaminhou ao senhor um pedido de averiguação da distribuidora Correção, de São Paulo, que teria conseguido arquivar a auditoria que vinha sofrendo porque deu dinheiro ao esquema PC. O senhor confirma?

GROS — Recebemos o pedido do senador na quarta-feira às 16h30m. As 18h, já tínhamos prestado os esclarecimentos. A informação não procede. A investigação continua.

O GLOBO — O senhor algum dia foi procurado pelo empresário Paulo César Farias ou por alguém que disse representá-lo?

GROS — Eu não conheço o doutor Paulo César. Nunca falei com ele. O que certamente me desqualifica como membro da elite brasileira (risos).

O GLOBO — Esta CPI que gerou até a discussão de impeachment não provoca mais



Paula Johas

"Eu não conheço o doutor Paulo César Farias. Nunca falei com ele. O que certamente me desqualifica como membro da elite brasileira,"

transtorno para o BC do que a inflação em 23%?

GROS — Não. Os espertos, que espalham os boatos, é que ganham. Mercados especulativos são para isso mesmo. Só entra num cassino quem está disposto a correr riscos. O Governo em momento algum perdeu a capacidade de funcionar. Como brasileiro, eu preferiria que o quadro político estivesse menos conturbado.

O GLOBO — Mas gera desconforto?

GROS — Não sinto paralisia. O Governo funciona normalmente. As pessoas dizem que o Governo deveria tomar medidas mais duras. Por isso, entende-se que é melhor fazer uma mágica

"Dizem que o Governo deveria tomar medidas mais duras. Por isso, entende-se uma mágica qualquer ou meter a mão no bolso das pessoas,"

qualquer ou meter a mão no bolso das pessoas. Há duas coisas muito claras. O Governo pode a qualquer momento tomar medidas duras. O BC tomou medidas duras em setembro e outubro do ano passado (intervenção no mercado de câmbio e afastamento do mercado de ouro). Mas serão medidas na direção da ortodoxia — firmeza no controle dos gastos públicos. Nunca uma mágica. Nós não somos inventores. E preciso deixar claro que qualquer medida de ajuste precisa ocorrer em cima do setor público. Não adianta sacrificar o setor privado, que era o que normalmente acontecia. Os preços, então, eram congelados. Mas preços deles, porque os do Governo já estavam arrumados. A sociedade ficava nervosa. E

aquela história de uma reação pavloviana (de Pavlov, psicólogo que criou a teoria do reflexo condicionado): sempre que saía fumaça de alguma coisa, já se sabia que o Governo vinha lá e bum na cabeça da gente. Bastava ver uma fumaça que todo mundo ficava nervoso. Não adianta anunciar um pacote com cortes de despesas do Governo. Quantos anúncios destes foram feitos? E algum deles resultou em cortes profundos? Não. Então, não adianta anunciar essas coisas publicamente.

O GLOBO — Quais serão estas medidas duras?

GROS — É apertar mais o cinto. Cada despesa que é cortada desagrada a alguém.

O GLOBO — Quer dizer que o Governo tem todos os instrumentos hoje para conter o pessimismo, apesar da CPI e do desconforto que ela trouxe ao Governo e ao próprio presidente da República?

GROS — A CPI traz desconfortos a todos nós como cidadãos. É desagradável. Mas isso não impede que o país continue a funcionar normalmente.

O GLOBO — O empresário Leopoldo Collor, irmão do presidente, está sendo acusado de cometer irregularidades no mercado paralelo de dólar pelo senhor Augusto Morbach. Este assunto está sendo investigado pelo BC?

GROS — Não. Tomei conhecimento disso pelos jornais.

O GLOBO — O país está com reservas de US\$ 20 bilhões. Neste nível não é tentador fazer um programa de dolarização, como o mercado vem especulando?

GROS — Este nível é muito abaixo do que seria necessário para fazer uma dolarização à la Argentina. Acho que seria uma medida de desespero. Não resolve nenhum problema essencial. No caso brasileiro, seria mais uma tentativa de empurrar para

baixo do tapete o problema central, que é o ajuste fiscal.

O GLOBO — A reforma fiscal se transformou numa tábua de salvação para a economia brasileira e o Governo vem encontrando dificuldades para aprová-la. Sem ela, o que resta de alternativa para controlar a inflação?

GROS — Nós nos acostumamos, no Brasil, a soluções instantâneas. O Plano Cruzado foi um exemplo disso, e há uma certa nostalgia pela solução definitiva. O resultado é que transformamos o ajuste fiscal numa panacéia, numa solução para todos os males do país. O ajuste fiscal não tem este dom. Não é um invento que nós vamos dormir e

"Os espertos, que espalham boatos, é que ganham. Os mercados especulativos são assim mesmo. Só entra no cassino quem quer correr riscos,"

acordar com todos os problemas resolvidos. O ajuste fiscal é um processo que já vem ocorrendo com a manutenção de superávits de caixa desde março de 90, com a privatização que vem aliviando o peso do Governo sobre a sociedade. Vem ocorrendo com o programa do controle de gastos do setor público. E vai continuar. Queremos fazer o ajuste de uma forma consensual. Caso contrário, será preciso apertar mais as despesas. Mas neste caso as estradas não serão consertadas, as escolas deixarão de ser construídas e não haverá dinheiro para a saúde. Sem um acordo, o custo será muito alto.

O GLOBO — E as medidas graduais resolvem?

GROS — Qual é a alternativa? Nos últimos seis anos, testamos todas as alternativas. Você vê que a inflação sobe, faz-se um choque e ela volta a subir num ritmo maior.

O GLOBO — O país convive há nove meses com inflação acima de 20% e juros altos. Por quanto tempo é possível conviver com isso?

GROS — Diria que os países suportam coisas extraordinárias. Antes de encontrar a sua estabilidade, a Argentina suportou duas hiperinflações e uma guerra perdida. A mesma coisa na Alemanha. Se você quer uma resposta franca, nós não temos noção do que seja sacrifício em comparação com outros países. Se tivesse apertando tanto assim, será que nós não teríamos já aprovado a reforma fiscal?

O GLOBO — Vamos suportar, então, mais sacrifícios?

GROS — Não sei. Depende. Se a gente chegar a um acordo com a sociedade, pode ser mais fácil. As taxas de juros caem, a inflação cai.

O GLOBO — Sempre que o BC entra no mercado de dólar para evitar o descontrole, segurando as cotações, não é a sociedade que está pagando a conta?

GROS — Não. Não vejo desta maneira. Estamos tendo uma atuação atendendo a uma demanda de recursos que lá está. Enquanto esta demanda for legítima, vamos atender. Não me parece que ter um grande diferencial de taxa seja uma medida prudente de política econômica.

O GLOBO — Quando o Governo bloqueou os cruzados, retirou 80% do dinheiro em circulação. Agora faltam duas parcelas para acabar de devolver e a inflação continua alta. O bloqueio fracassou?

GROS — Não. Tínhamos uma inflação descontrolada de mais de 84% ao mês e ficamos com uma inflação ainda alta mas sob controle. A segunda consideração é que o programa daquela época presumia que uma série de coisas ocorreriam neste período até a devolução. Foi feito o bloqueio por um período razoavelmente curto. Fizaram o bloqueio por 18 meses acreditando que, nesse período, se ia consertar o país. Vamos fazer o ajuste fiscal, vamos privatizar. Acharam até que os cruzados seriam usados para a privatização, o que reduziria o volume a devolver. Acho que iam consertar o país em seis meses. Estávamos caminhando para um déficit de 10% do PIB. Revertimos para 1,2% de superávit. No ano, déficit de 2,5%, e este ano deve ficar por aí. Foi mais um passo.

O GLOBO — Houve otimismo exagerado por parte da equipe anterior?

GROS — Houve uma superavaliação da capacidade do Governo de colocar a casa em ordem. Mas não é fácil. A Vale do Rio Doce capta dinheiro por cinco anos a 9% ao ano. Aqui estamos emitindo títulos de até 15 meses, pagando 27% ao ano mais correção. Por quê? Porque permanecemos dúvidas.

O GLOBO — A desconfiança leva o investidor a exigir um juro maior. E isto gera uma transferência de renda brutal. Não é preocupante?

GROS — É uma transferência muito grande. Mas por que ela existe? O Simonsen falou há pouco tempo sobre isso. O sujei-

to ganha muito em certo período, mas perde depois. Ao longo do tempo, perde-se dinheiro pela redução de correção monetária, pelo confisco. As pessoas querem uma taxa alta, porque acham que vão tomar o dinheiro delas mais na frente.

O GLOBO — A dívida pública explodiu de julho do ano passado até o último mês de abril, saindo de Cr\$ 3,5 trilhões para Cr\$ 62,2 trilhões. Cresceu quase 18 vezes, enquanto o preço do dólar subiu sete vezes e a inflação quase seis. O Governo não está se endividando demais? Principalmente depois de agosto, quando começou a devolver os cruzados, trocando uma dívida barata por outra cara, vendendo papéis com juros de 24% ao ano?

GROS — O Governo se financiou pelo equivalente à TR (Taxa Referencial de Juros) mais 6% ao ano com os cruzados. Agora, teve que devolver e ir ao mercado pagando juros mais altos. Qual seria a alternativa? Continuar se financiando compulsoriamente? Não me parece que as pessoas estejam propondo isso. Simplesmente é muito caro. Mas há outra saída? Não vejo. Tem que haver recuperação da confiança, do crédito público, para que as pessoas voltem a emprestar dinheiro para o Governo a taxas civilizadas. Não pagamos estas taxas porque queremos. Pagamos porque só nos emprestam nestas taxas. As propostas alternativas a isso sempre envolvem meter a mão no bolso de alguém. E nós não pretendemos meter a mão no bolso das pessoas.

O GLOBO — O Banco Central pretende tomar alguma medida, como aumentar o compulsório dos bancos?

GROS — Não. A política monetária está caminhando na direção correta, mas seria um erro imaginar que a política monetária desse uma grande contribuição em um programa de ajuste econômico sem que haja uma contrapartida fiscal.

O GLOBO — Não haverá, portanto, qualquer mudança na condução da política econômica?

GROS — A grande mudança foi acabar com as mágicas.

O GLOBO — Mesmo que a inflação dê um salto?

GROS — Eu não vejo demanda para isso.

O GLOBO — Mas também não existe qualquer sinal de que a inflação vai cair?

GROS — Eu sou mau predictor de inflação. A inflação cairá na medida em que as pessoas se derem conta de que ela não tem gás para subir.

O GLOBO — Onde o senhor aplica o seu dinheiro?

GROS — Ultimamente, não estou conseguindo aplicar nada. O fluxo de caixa é fortemente negativo. Para se ter uma idéia, gasto cerca de Cr\$ 900 mil por semana de passagens para Brasília. Isso sem contar as viagens internacionais. A minha passagem é paga pelo banco. Mas tenho que pagar a da minha mulher (Isabel Gros). Senão, o casamento acaba. Normalmente, estou correndo atrás. Meus filhos têm caderneta de poupança. Tenho uma carteira de ações que não movimento há cinco anos.